**PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

Nos últimos anos o Brasil vem empreendendo um modelo de desenvolvimento distinto

do que se vê em grande parte dos demais países e daquele praticado no país nas décadas anteriores. O crescimento baseado no consumo de massa, no fortalecimento do mercado

interno, com distribuição de renda, redução da vulnerabilidade externa e ampliação dos

investimentos, em especial na infraestrutura, consolidaram uma base forte para os próximos

anos, o que garante ao país condições para ampliar a sua participação no mercado mundial

com a continuidade da redução das diferenças sociais e diferenças regionais que ainda persistem

internamente.

As diversas políticas adotadas recentemente, a exemplo da política de valorização do

salário mínimo, do Programa Bolsa Família, do Plano de Desenvolvimento da Educação e

do PAC, se mostraram importantes instrumentos para a redução das desigualdades sociais

e desigualdades regionais. Não obstante a importância desses programas, outras iniciativas ligadas ao

território e à questão regional, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os

Territórios da Cidadania, tiveram papel importante na redução das desigualdades regionais

e entre o meio rural e o meio urbano.

Portanto, não somente a continuação mas o aperfeiçoamento desses programas fazem

parte da agenda de governo, de maneira a consolidar ações distintas de diversos ministérios

com intuito de continuar o combate às desigualdades interregionais e intrarregionais. Ações ligadas

ao desenvolvimento local como Arranjos Produtivos Locais e desenvolvimento da Economia

Solidária, o zoneamento ecológico-econômico e a articulação das ações do Estado, em

suas três esferas, serão essenciais para consecução desse desafio. A formulação de grandes

planos como o Brasil Sem Miséria, o Programa Brasil Maior e o PAC 2 são exemplos de

que o que está sendo feito envolve o aprimoramento da articulação intersetorial, elemento

essencial para a consecução dos desafios postos à implementação das políticas.

Ressalte-se que essas políticas carregam uma visão estruturante do meio ambiente, em

nosso território e no cenário internacional, dada a importância geopolítica do país para

o mundo em termos ambientais. Isso depende de uma mudança cultural especialmente

voltada aos padrões de consumo e de eficiência energética, que implica a participação do

Estado, da sociedade e do setor privado.

Especial atenção é voltada ao aproveitamento da biodiversidade, à exploração sustentável

do potencial florestal, à gestão dos recursos hídricos, ao combate às mudanças climáticas

e mitigação de seus efeitos sobre a população e os ecossistemas e à qualidade ambiental

e os riscos relacionados ao meio ambiente de maneira a gerar riquezas e distribuição de

renda internamente. Para tanto, esses temas serão abordados individualmente por meio de

programas temáticos específicos, nos quais são identificadas, ainda, iniciativas diretamente

relacionadas ao aperfeiçoamento dos processos de licenciamento e controle ambiental.

**79**

O envolvimento conjunto do Estado, da sociedade e do setor privado será central para

se atingirem os objetivos relacionados a este macrodesafio. O Plano Brasil Maior (PBM)

é um esforço do Governo Federal neste sentido. Com o Plano pretende-se integrar as

ações governamentais de política industrial, tecnológica e de comércio exterior, com os

objetivos de acelerar o crescimento do investimento produtivo e do esforço tecnológico

e de inovação das empresas nacionais e, ainda, aumentar a competitividade dos bens e

serviços produzidos no país.

No setor agropecuário serão realizados programas voltados ao aumento da produtividade,

com investimentos em tecnologia e inovação no sentido de aumentar a capacitação dos

trabalhadores rurais, e de difusão de novas tecnologias, tanto em mecanização quanto

em melhoramento genético útil à pecuária e à agricultura. Em relação ao Brasil Rural,

o movimento virtuoso alcançado por vários setores também se observou na agricultura

familiar, principalmente com a expansão do crédito e dos recursos voltados à assistência

técnica e extensão rural (ATER). O apoio à agricultura familiar é fundamental, tendo em

vista seu papel na produção de alimentos e regulação de seus preços, assim como na

geração de renda no campo. Assim, é essencial que se preserve o ciclo da expansão do

crédito, principalmente aquele combinado com serviços de ATER.

Todos esses esforços serão no sentido de assegurar a continuidade do ciclo de expansão

da economia, caracterizado pela ampliação do número de ocupados e por uma forte

tendência de formalização dos vínculos empregatícios nos últimos anos. Tal movimento

representou fator decisivo para as diminuições da pobreza e da desigualdade observadas

no país, dado que os empregos formais geram remunerações, em média, mais elevadas e

são protegidos pelas legislações trabalhista e previdenciária.

Assim, a continuidade do ciclo de formalização é fundamental para o desenvolvimento

do país, conjugando crescimento econômico e redução das desigualdades. O Programa

Trabalho, Emprego e Renda tem este desafio, e, por meio de ações de qualificação social e

profissional, de ampliações do crédito produtivo e do microcrédito, e indutoras do trabalho

decente, entre outras, contribui para a efetivação desse cenário.